

À
N3E ENGENHARIA CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA
Sr. Nagib Neto
nagib.neto@n3eautomacao.com.br

Referência: Concorrência Binacional EF 2055-23 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO DE PRODUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU

Assunto: Impugnação - Resposta - Pedido indeferido.

Inicialmente, cumpre-nos esclarecer que a ITAIPU é pessoa jurídica de direito público internacional, instituída por Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, no exercício pleno de suas soberanias, o qual estabelece as normas que regem a binacional (Artigo III, do Estatuto da ITAIPU, Anexo A do Tratado), conjugando e principalmente compatibilizando as leis internas dos dois Estados contratantes.

A ITAIPU possui procedimentos próprios para os certames licitatórios que promove (Artigo XXVIII, do Estatuto da ITAIPU, Anexo A do Tratado), disciplinados na Norma Geral de Licitação (NGL) da ITAIPU, aprovada pelo Conselho de Administração, órgão máximo na instância hierárquica, constituído paritariamente por brasileiros e paraguaios.

Portanto, diante da sua natureza jurídica peculiar, as licitações realizadas pela ITAIPU são regidas por sua NGL, conforme consta no subitem 1.2.2 do Caderno de Bases e Condições (CBC) da Concorrência em apreço, não lhe sendo aplicáveis as leis internas do Brasil que disciplinam sobre licitações e contratações da Administração Pública. Pelo mesmo motivo, a binacional não se submete ao controle do Tribunal de Contas da União do Brasil (TCU). Inclusive, os temas já foram objeto de decisões do Supremo Tribunal Federal do Brasil (STF)¹.

Feitas as considerações iniciais, passamos a analisar o teor da impugnação interposta por V.Sa.

Inicialmente, cabe esclarecer que a Concorrência Binacional EF 2055-23 não se trata de uma licitação para pré-qualificação de interessados em licitações futuras, como alega a Impugnante. Trata-se de uma licitação destinada à contratação imediata de serviços de reforma e ampliação do Edifício de Produção da Usina Hidrelétrica de ITAIPU, conforme estabelecido no subitem 2.2 do seu CBC. Dessa forma, as condições de habilitação estabelecidas neste certame não trarão implicações para licitações futuras da entidade, mas tão somente a esta licitação.

¹ITAIPU BINACIONAL - ALIENAÇÕES E CONTRATAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO - INEXIGIBILIDADE. Não se aplica a Lei nº 8.666/1993 às alienações e às contratações de obras, serviços e bens realizadas por Itaipu Binacional. (ACO 1904, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

ITAIPU BINACIONAL - FISCALIZAÇÃO - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Eventual fiscalização pelo Tribunal de Contas da União dar-se-á nos termos acordados em instrumento firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. (ACO 1905, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

A) Com relação à vedação ao somatório de atestados para atendimento às exigências estabelecidas nos subitens 1.2.1.4, 1.2.2.4, 1.2.3.5 e 1.2.4.4 da Documentação para a Habilitação, Anexo II do CBC:

Primeiro, cumpre esclarecer que o subitem 6.2.3, ventilado na Impugnação de V.Sa, inexistente no Anexo II do CBC, Documentação para a Habilitação. Isso posto, passamos a analisar o subitem 1.2.1.4, ora impugnado.

Considerando que:

- A obra de reforma do Edifício de Produção é um projeto de alta complexidade e grande porte, que envolve diversas áreas de construção, a execução sob estrito controle de cumprimento de normas e a integração de todos os sistemas entre si e com os sistemas existentes na ITAIPU;
- As obras serão realizadas na usina hidrelétrica sem interrupção da operação e manutenção para produção de energia, principal atividade da ITAIPU. As intervenções serão realizadas em locais críticos adjacentes à Sala de Despacho de Carga, Sala de Controle Centralizado e Unidades Geradoras, devendo garantir a segurança tanto das instalações quanto do pessoal de ITAIPU e demais atividades; e
- A capacidade de execução simultânea dos itens descritos nos requisitos técnicos acarreta maior complexidade que a execução isolada deles, levando em consideração a sobreposição de sistemas, fornecimento de equipamentos e materiais, e gestão de mão de obra especializada para cada disciplina. A execução simultânea e contínua de serviços é fundamental para cumprir o prazo de execução de 2 (dois) anos.

Pelo exposto, é essencial que pelo menos uma consorciada de cada país comprove a execução de uma obra que reúna todos os requisitos mencionados, garantindo assim a experiência da proponente em projetos de complexidade similar, a fim de não comprometer os objetivos da contratação, visto a criticidade das operações da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Destaca-se, ainda, que a implementação dos sistemas mencionados no atestado pode ter sido apenas gerenciada pela consorciada, não sendo necessário que a execução tenha sido realizada diretamente por ela.

Além disso, a ITAIPU, por meio dos Aditamentos 1 e 2 desta licitação, já revisou as condições de habilitação técnica do certame, reduzindo as exigências e mantendo apenas os requisitos mínimos que garantam a contratação de um consórcio binacional com capacidade de executar satisfatoriamente os serviços.

¹ITAIPU BINACIONAL - ALIENAÇÕES E CONTRATAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO - INEXIGIBILIDADE. Não se aplica a Lei nº 8.666/1993 às alienações e às contratações de obras, serviços e bens realizadas por Itaipu Binacional. (ACO 1904, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

ITAIPU BINACIONAL - FISCALIZAÇÃO - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Eventual fiscalização pelo Tribunal de Contas da União dar-se-á nos termos acordados em instrumento firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. (ACO 1905, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

Neste sentido, os requisitos de habilitação estão em consonância com a complexidade do escopo da contratação.

Por fim, caso a interessada não possua a experiência exigida nos subitens 1.2.1.4, 1.2.2.4, 1.2.3.5 e 1.2.4.4 da Documentação para a Habilitação, Anexo II do CBC, poderá se consorciar com outra empresa do mesmo mercado detentora deste *know-how* para formar o consórcio binacional, desde que cumpra pelo menos os subitens 1.2.1.4.1, 1.2.2.4.1, 1.2.3.5.1 e 1.2.4.4.1 e demais exigências da Documentação para a Habilitação, Anexo II do CBC.

Dessa forma, mantém-se inalteradas as condições de habilitação técnica estabelecidas no Anexo II deste certame.

B) Com relação à sugestão de inclusão de condições de habilitação técnica, realizada no terceiro parágrafo do item 5 da Impugnação apresentada:

A execução de serviços de pintura e juntas de expansão são itens comuns que fazem parte de uma obra de reforma ou construção típica de edifício de escritórios e/ou salas corporativas. Os requisitos estabelecidos pela ITAIPU concentram-se na comprovação de experiência em instalações e sistemas especiais de forma integrada, que atendam aos serviços especializados e complexidade do objeto. Assim, os requisitos de habilitação sugeridos pela Impugnante não agregam uma experiência relevante para comprovar a capacidade técnica de executar o escopo desta contratação.

Quanto à exigência de dispor de profissionais técnicos especializados, está prevista como uma obrigação para o futuro consórcio contratado durante a execução contratual, conforme item 12 - Administração Local, das Especificações Técnicas - Anexo III. Por consequência, a verificação desta exigência ocorrerá na execução, pelo Gestor do Contrato da ITAIPU, e não na licitação como requisitos de habilitação técnica.

C) Com relação ao pedido de admissão da “soma percentual dos balanços das empresas consorciadas” para avaliação da habilitação econômico-financeira:

A ITAIPU reitera o esclarecimento realizado na resposta da Pergunta 2 do Aditamento 2 da concorrência em referência, publicado em 01.07.2024, que versa:

“Com relação à comprovação de patrimônio líquido mínimo, conforme requisitos estabelecidos nos subitens 1.2.1.3, 1.2.2.3, 1.2.3.4 e 1.2.4.3 da Documentação

3/4

¹ITAIPU BINACIONAL - ALIENAÇÕES E CONTRATAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO - INEXIGIBILIDADE. Não se aplica a Lei nº 8.666/1993 às alienações e às contratações de obras, serviços e bens realizadas por Itaipu Binacional. (ACO 1904, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

ITAIPU BINACIONAL - FISCALIZAÇÃO - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Eventual fiscalização pelo Tribunal de Contas da União dar-se-á nos termos acordados em instrumento firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. (ACO 1905, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

para a Habilitação - Anexo II, cada empresa integrante do consórcio deverá comprovar individualmente possuir patrimônio líquido igual ou superior a 10% do valor total do Orçamento Estimado, proporcionalmente a sua participação no consórcio. Por exemplo, caso o consórcio seja composto por duas empresas, cada uma com 50% de participação, cada integrante deverá comprovar que possui patrimônio líquido igual ou superior a 5% do valor total do Orçamento Estimado.

Quanto à avaliação dos indicadores contábeis, conforme estabelecido no subitem 2.7.3.2 do CBC, a habilitação econômico-financeira do consórcio será avaliada através da ponderação dos indicadores encontrados (X) proporcionalmente à participação de cada empresa no consórcio, sendo posteriormente aplicadas as fórmulas previstas nas alíneas "a" dos incisos I, II, III e IV do 2.7.3 para obter a pontuação (Y) do consórcio. Conforme subitem 2.7.3, a pontuação mínima exigida para habilitação do consórcio neste requisito é igual a 2 pontos, mensurada através do somatório de pontos das equações das alíneas "a" dos incisos I, II, III e IV."

Diante de todo o exposto, não prosperam as alegações da Impugnante e a ITAIPU decide indeferir tais pedidos.

Por fim, solicitamos a gentileza de confirmar o recebimento desta correspondência no campo abaixo, devolvendo-a ao e-mail compras@itaipu.gov.br.

Atenciosamente,

Daniele Tassi Simioni Gemael
Superintendente de Compras

Confirmo o recebimento:

(identificação e assinatura)

Data: ____/____/____

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinatura/Firma Digital - Itaipu Binacional. Para verificar as assinaturas, clique no link <https://pad.itaipu.gov.br/Verificar/D677-B796-14C8-65BB> ou visite o site <https://pad.itaipu.gov.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D677-B796-14C8-65BB



Hash do Documento

8DE36756590884D2C0567B42AFD6FA2FB67C6A1C31C2962A883922BAAA4675BF

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 22/08/2024 é(são) :

☒ Daniele Tassi Simioni Gemael - 023.***.***-04 em 22/08/2024

16:08 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital